



Há sete equipas que juntam polícias e serviços secretos para prevenir crimes

Mariana Oliveira

Faro, Setúbal, Lisboa, Porto, Aveiro, Braga e Leiria dispõem deste instrumento que coloca à mesma mesa os responsáveis distritais

Em Portugal, há sete equipas mistas formadas pelos responsáveis distritais das diversas polícias, dos serviços secretos, dos serviços prisionais e do Ministério Público, com o objectivo de prevenir a criminalidade violenta, grave e organizada. Estas equipas reúnem-se mensalmente e funcionam sob a tutela do gabinete do secretário-geral do Sistema de Segurança Interna (SSI), no âmbito das suas competências de coordenação das forças e serviços de segurança.

São um instrumento pouco conhecido de prevenção e combate da criminalidade, mas que diversos intervenientes ouvidos pelo PÚBLICO consideram muito útil para interligar e promover a cooperação entre as diversas polícias. Existem actualmente em Faro, Setúbal, Lisboa, Porto, Aveiro, Braga e Leiria, os distritos com os maiores níveis de criminalidade participada do continente. Mesmo durante a pandemia, as equipas mantiveram-se em funcionamento, realizando-se reuniões através de videoconferência.

Integram estas equipas os responsáveis máximos distritais da GNR, da PSP, da PJ, da Polícia Marítima, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e do Serviço de Informações e Segurança. Estas contam igualmente com a participação de representantes da

Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, do procurador-coordenador do distrito e são acompanhadas por um elemento do gabinete do secretário-geral do Sistema de Segurança Interna. Este gabinete recolhe e organiza estatísticas actualizadas da criminalidade do distrito para serem disponibilizadas e discutidas em cada reunião.

O intendente Pedro Sousa, segundo-comandante distrital de Leiria da PSP, considera que este mecanismo “tem muita relevância prática”, nomeadamente por permitir que passe a haver um contacto pessoal e regular com os responsáveis das diversas forças e serviços de segurança e também do Ministério Público. “Há uma aproximação institucional. Partilhamos contactos telefónicos directos e *emails*, o que permite que numa situação concreta em que haja necessidade de nos articularmos que tudo funcione de forma mais eficaz”, afirma o intendente Pedro Sousa.

A opinião é partilhada pelo procurador Norberto Martins, que até Junho passado ocupou o cargo de director da Directoria do Norte da PJ e, por isso, integrava as equipas. “Permite às pessoas conhecerem-se e numa situação concreta facilita a resolução de problemas”, afirma o actual procurador-geral regional do Porto.

A GNR, que respondeu às perguntas do PÚBLICO através de uma declaração escrita enviada pelo gabinete de imprensa, também considera “da maior relevância” a existência das equipas mistas. “A importância da proximidade criada entre os mais altos dirigentes das forças de segu-

“Permite às pessoas conhecerem-se e numa situação concreta facilita a resolução de problemas”, afirma Norberto Martins, que já integrou as equipas e é hoje procurador-geral regional do Porto

Em 2018, foram realizadas 77 reuniões no total dos sete distritos com equipas mistas



rança e do SIS, a nível distrital, permite criar sinergias, reforçar a cooperação e potenciar a partilha de informações, criando novas formas de articulação na prevenção de riscos e ameaças, e, não menos importante, uma relação de confiança entre os participantes, o que permite uma celeridade na obtenção de soluções”, sublinha a GNR.

Se relativamente à utilidade das equipas há consenso, o mesmo não acontece com a avaliação da troca de informações, o que pode decorrer de uma experiência diferente de cada uma delas. Se o intendente Pedro Sousa descreve um verdadeiro espírito de colaboração que dá origem a uma “clara e convicta troca de informações”, Norberto Martins nota que, por vezes, há alguma reserva nessa troca. No entanto, o ex-director da PJ do Norte afirma que quando se trata de criminalidade

violenta essa troca “é importante”. A coordenação dos trabalhos roda a cada três meses pelas forças e serviços de segurança que integram a equipa. E quem está a coordenar tem a obrigação de organizar as reuniões e realizar as actas.

Parte destas equipas são uma evolução de modelos anteriores, uns, grupos de trabalho promovidos pelos serviços de informação (distrito de Setúbal e eixo Amadora/Sintra), outro, uma equipa lançada no âmbito do SSI com outra designação. Em final de 2016, a então secretária-geral Helena Fazenda decidiu em nome da “harmonização e transversalidade de procedimentos” constituir as equipas mistas de prevenção da criminalidade para os distritos de Faro, Setúbal, Lisboa e Porto. “Os trabalhos das equipas mistas de prevenção da criminalidade serão especialmente direccionados para a prevenção da criminalidade violenta, grave e organizada ou grupal e para os crimes executados com elevado grau de mobilidade ou dimensão transnacional”, determinou Fazenda, no despacho que criou as equipas. Em Agosto de 2017, a então secretária-geral constituiu mais três equipas mistas nos distritos de Aveiro, Braga e Leiria, justificando a opção com a “importante mais-valia” que este instrumento tinha já demonstrado.

Em 2018, nota o Relatório Anual de Segurança Interna relativo a este ano, “foram realizadas 77 reuniões” no total dos sete distritos. Norberto Martins acredita que a periodicidade mensal talvez seja excessiva e considera que bastaria realizar os encontros de três em três meses.